

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Concurso Público

Aplicação: 30/9/2007

Cargo: Analista de Controle Externo
Área: Controle Externo
Especialidade: Controle Externo
Orientação: Auditoria Governamental

MANHÃ

Caderno E

Prova Objetiva P₁
Prova Discursiva P₂

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno E — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém CEM itens, correspondentes à prova objetiva de conhecimentos específicos (P₁), corretamente ordenados de 101 a 200, seguidos da prova discursiva de conhecimentos específicos (P₂) acompanhada de espaços para rascunho.
- 2 Os espaços para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo GESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos da prova discursiva para o CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₂ — CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 2/10/2007, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tcu2007.
- II 3 a 5/10/2007 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 22/10/2007 – Resultados finais das provas objetivas e provisórios das provas discursivas: Diário Oficial da União e Internet.
- IV 23 a 25/10/2007 – Recursos (provas discursivas): em locais e horários que serão informados na divulgação dos resultados provisórios.
- V 9/11/2007 – Resultados finais das provas discursivas e convocação para a segunda etapa do concurso: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 – TCU – ACE/TCE, de 20/7/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tcu2007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **101 a 200** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P₂)

Julgue os itens subseqüentes, a respeito da execução do trabalho de auditoria.

101 De acordo com a estrutura conceitual da análise de risco do tipo COSO, é imprescindível a existência de controles internos para o cumprimento das metas e objetivos da entidade. Caso se detecte potencial de risco na obtenção desses objetivos, poderá o controle interno atuar como a auditoria interna.

102 O uso da técnica de amostragem é facultativo para o auditor interno; entretanto, a realização de exames e investigações, como a verificação junto a terceiros sobre operações de grande vulto, as inspeções no capital financeiro e o registro de transações de recursos financeiros, é obrigatória. São esses resultados, denominados achados de auditoria, que irão fundamentar as conclusões do auditor.

103 Em um ambiente de processamento eletrônico de dados, o auditor deve proceder a avaliação dos riscos inerentes de controle nas demonstrações contábeis, dado que erros nessas demonstrações poderão ensejar aumento de fraudes, comprometendo a estrutura da empresa. Portanto, é competência do auditor cuidar para que isso não ocorra.

Acerca da auditoria no setor público federal, bem como à administração da função de auditoria, julgue os itens que se seguem.

104 Considere que a União tenha repassado vultosa quantia a um estado da Federação, com objetivo de aquisição de maquinário para uma corporação militar daquele estado, e que, após determinação do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi realizada uma auditoria que constatou irregularidades na aplicação desses recursos federais da ordem de R\$ 49 milhões. Foram detectados tanto vícios na dispensa de licitação quanto inadequação dos bens adquiridos. Nessa situação hipotética, a auditoria realizada é classificada como especial, de forma indireta compartilhada.

105 Em cada auditoria realizada, o auditor governamental deverá elaborar relatório que refletirá os resultados dos exames efetuados. Entretanto, nos relatórios de auditorias realizadas com base no processo de tomada e prestação de contas, nas quais se detectar desvio de bens públicos, a autoridade administrativa competente deverá comunicar imediatamente o resultado ao TCU, para que este instaure processo de tomada de contas especiais.

106 É responsabilidade da auditoria interna fazer periodicamente uma avaliação dos controles internos. Nesse sentido, é correto afirmar que a auditoria interna representa um controle interno.

Julgue os próximos itens, relativos a tipos de auditoria.

107 Suponha que uma auditoria, realizada em uma escola agrícola federal subordinada ao Ministério da Educação, tenha constatado falhas e deficiências na área orçamentário-financeira, no sistema escola-fazenda e na área de recursos humanos. Nessa situação hipotética, a auditoria descrita é um exemplo de auditoria de natureza operacional, que abrange, inclusive, avaliação de programas, o que permite à equipe de auditoria pronunciar-se sobre o aumento da evasão escolar em virtude da situação.

108 O julgamento das contas dos gestores públicos em virtude de danos ao erário decorrentes de atos de gestão ilegítima ou antieconômica, ou por desfalques ou desvio de dinheiros, bens e valores públicos, é um meio de detecção de fraudes propiciado pela fiscalização adotada pelo TCU, e a modalidade específica de auditoria que o TCU utiliza para detectar fraudes é a auditoria de conformidade.

Julgue os itens a seguir, que tratam de metodologias empregadas em auditoria governamental e da etapa de monitoramento do trabalho de auditoria.

109 O TCU, nos processos de auditorias operacionais, usa metodologias específicas para análise do objeto auditado e apresentação dos dados coletados. Um dos métodos é o modelo insumo-produto, que objetiva demonstrar como o objeto da auditoria desenvolve as suas atividades, identificando, por exemplo, as informações e os recursos humanos, físicos e financeiros exigidos (insumos), os processos de transformação dos insumos em produtos e os bens e serviços ofertados (produtos).

110 O monitoramento é um instrumento de fiscalização exclusivo da auditoria, cujas finalidades são desenvolver metodologias, corrigir desvios e assegurar os objetivos previstos.

Julgue os seguintes itens, que versam sobre auditoria governamental.

111 A função dos administradores públicos é utilizar, de forma econômica, eficiente e eficaz, os recursos ao seu dispor para a consecução das metas que lhes foram determinadas, devendo ser observado, nesse aspecto, em sentido amplo, o conceito de governança, cuja finalidade é atingida por meio da técnica denominada análise de risco.

112 De acordo com a estrutura conceitual de análise de risco do tipo COSO, em uma negociação que envolva gestão de dívida pública sob a responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional junto a terceiros, a avaliação dos riscos deve ser responsabilidade da auditoria interna.

113 A INTOSAI é um organismo internacional cujo objetivo é fomentar o intercâmbio de idéias e experiências entre entidades fiscalizadoras superiores quanto ao controle das finanças públicas. Entre os documentos elaborados pela INTOSAI, destacam-se a Declaração de Lima, o código de ética e normas de auditoria. Na Declaração de Lima, só constam o controle prévio e o controle posterior, ao passo que, no Brasil, além desses, há o controle concomitante, por expressa disposição legal.

114 Compete ao auditor interno verificar se as normas internas de execução do controle interno estão sendo cumpridas, utilizando-se, para tanto, dos procedimentos de auditoria. Nesse caso, se o auditor necessitar confirmar junto a terceiros as transações da empresa, ele deve efetuar teste de observância.

A auditoria no setor público federal, conceituada como o conjunto de técnicas utilizado na avaliação da gestão pública, é ferramenta de controle do Estado para melhor aplicação de seus recursos. Com relação a esse tema, julgue os itens que se seguem.

115 A aplicação dos recursos transferidos pelo Tesouro Nacional a entidades privadas é um dos objetos dos exames de auditoria, cuja finalidade primordial é garantir resultados operacionais na gerência da coisa pública.

116 Suponha-se que determinada auditoria, com o objetivo de verificar a execução de convênio, tenha sido executada exclusivamente por servidores lotados nos órgãos setoriais do sistema de controle interno, os quais, após terem utilizado os procedimentos e as técnicas de controle, elaboraram uma forma de comunicação com o seguinte conteúdo: I) introdução, que fazia remissão ao processo de tomada de contas, período examinado e à unidade examinada; II) controles internos; III) exames das peças que orientavam o processo, IV) legalidade, legitimidade e economicidade na realização das despesas; V) recomendações; VI) conclusão. Nessa situação, considerando-se os tópicos do documento descrito, é correto afirmar que foi elaborado relatório de auditoria de acompanhamento de gestão, cuja forma de execução foi a direta descentralizada.

Um dos objetivos fundamentais da auditoria é a avaliação dos controles internos dos órgãos e entidades sob exame. Somente por meio do conhecimento da efetiva estruturação e funcionamento desses controles, poderá o auditor fundamentar, com a devida segurança, a sua avaliação sobre a gestão examinada. Considerando as práticas de auditoria governamental, julgue os itens subsequentes.

117 Considere-se que o Ministério da Saúde, com o aval da União, tenha firmado contrato com o Banco Mundial (BIRD), para obtenção de recursos para compra de vacinas. Considere-se, também, que, conforme o acordo de cooperação, a competência para a auditoria desse contrato estava a cargo da Controladoria-Geral da União (CGU) e que tenham sido constatadas, na realização da auditoria interna para fiscalização da aplicação dos recursos, incompatibilidades entre os desembolsos efetuados pelo órgão beneficiado e os extratos fornecidos pelo Banco Mundial. Nessa situação, compete ao auditor da CGU opinar sobre as contas do projeto, por meio de parecer, destacando o ocorrido, e encaminhá-lo ao banco financiador, junto com a movimentação financeira dos recursos oriundos do contrato referente ao exercício anterior à auditoria realizada.

118 Em uma situação em que se avaliem dados e informações de licitações e contratos, o sistema de controle interno do Poder Executivo federal deve, necessariamente, adotar os critérios de economicidade e efetividade.

119 Os projetos autorizados na lei orçamentária anual terão pareceres emitidos por uma comissão mista permanente de senadores e deputados e, caso haja denúncia anônima ao TCU sobre projetos dessa natureza, deverá o tribunal determinar a devida auditoria para apuração dos fatos.

120 O plano de auditoria do TCU deve ser elaborado semestralmente pela unidade técnica responsável pela coordenação e controle das auditorias. Todo o trabalho de auditoria, desde o planejamento até a emissão de parecer, deve ser supervisionado pelo titular da unidade técnica, e, na sua execução, todas as requisições de documentos e informações devem ser feitas por escrito.

121 O planejamento de auditoria objetiva a elaboração do programa de auditoria. Nessa fase, a equipe de auditoria deve buscar, por meio de fontes internas e externas, elementos que permitam o pleno conhecimento da organização que se vai auditar. Como exemplo de fontes internas citam-se as secretarias de controle externo e a secretaria de controle interno.

122 Um dos meios utilizados para a obtenção de informações em auditoria do TCU é a entrevista, a qual, ainda que tenha cunho informal, pode ser utilizada no relatório de auditoria.

Julgue os itens a seguir, que dizem respeito aos tipos de auditoria e a sua metodologia.

123 Considere-se que, em cumprimento a decisão do TCU, tenha sido elaborado relatório de auditoria na área de licitações e contratos de determinado tribunal e tenham sido constatadas as seguintes falhas na condução de procedimentos licitatórios: edital de licitação com imposições restritivas à competição; prévio cadastramento de licitantes no sistema integrado de cadastramento unificado de fornecedores; exigências, durante a fase de habilitação de licitantes, de documentos não-previstos em lei específica; falta de critério de aceitabilidade dos preços unitário e global. Nesse caso, a situação descrita caracteriza uma auditoria operacional.

124 Em auditoria realizada pelo TCU, com base no modelo analítico do tipo marco lógico, obrigatoriamente adotado nas auditorias operacionais para avaliação de programa governamental, é possível obter, ao final dos trabalhos, um completo sistema de informações quanto ao impacto e à finalidade do projeto executado.

Em auditoria, as técnicas de amostragem objetivam coletar e avaliar evidências numéricas das entidades administrativas no intuito de determinar e relatar o grau de adequação das informações obtidas. O método de amostragem probabilístico envolve a amostra aleatória simples, a estratificada e a amostra por conglomerados. Quanto a esse método, julgue o item abaixo.

125 Suponha-se que, em uma pesquisa, se pretenda estimar a proporção de beneficiários do crédito educativo que conseguem completar o curso superior. Suponha-se, ainda, que a metodologia de coleta de dados desse estudo seja feita por meio de questionários compulsórios e que estes sejam remetidos pelo correio. Nesse caso, a estratificação por curso, gênero ou localidade é relevante para o resultado da pesquisa, cujo método probabilístico é exemplo típico de amostra aleatória simples.

Os princípios orçamentários formam os pilares de uma gestão de recursos públicos. O art. 2.º da Lei n.º 4.320/1964 dispõe que a Lei de Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho de governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade. Com relação à observância ao princípio da universalidade, julgue o item a seguir.

126 O projeto da lei orçamentária deve ser acompanhado do demonstrativo regionalizado dos efeitos sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

O ciclo orçamentário, também denominado processo orçamentário, corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até sua apreciação final. Com relação ao período de discussão, votação e aprovação do orçamento público, julgue o item que se segue.

127 As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual (PPA) e com a lei das diretrizes orçamentárias (LDO).

No programa do orçamento, é articulado um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores fixados no PPA, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade. De acordo com a sua finalidade, os programas compreendem quatro modalidades: programas finalísticos, programas de gestão de políticas públicas, programas de serviços ao Estado e programas de apoio administrativo. Quanto às características que cercam os programas finalísticos, julgue o item a seguir.

128 Os programas finalísticos abrangem as ações de governo relacionadas à formulação, coordenação, supervisão e avaliação de políticas públicas.

Como função de um setor público, deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor. Cada programa deverá dar solução a um problema ou atender a uma demanda da sociedade, mediante um conjunto articulado de projetos, atividades e de outras ações que assegurem a consecução dos objetivos. Sobre as características que cercam as atividades, julgue o item abaixo.

129 Trata-se de um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

A LDO foi introduzida no direito financeiro brasileiro pela Constituição Federal de 1988, tornando-se, a partir de então, o elo entre o PPA e a Lei Orçamentária Anual. Acerca da LDO, julgue o item seguinte.

130 A LDO é o instrumento que expressa o planejamento dos governos federal, estadual, distrital e municipal para um período de quatro anos, objetivando garantir a continuidade dos planos e programas instituídos pelo governo anterior.

A Lei n.º 4.320/1964, em seu artigo 11, classifica a receita orçamentária em duas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital. Com a Portaria Interministerial STN/SOF n.º 338/2006, essas categorias econômicas foram detalhadas em receitas correntes intra-orçamentárias e receitas de capital intra-orçamentárias. A respeito da função das receitas intra-orçamentárias, julgue o próximo item.

131 Como se destinam ao registro de receitas provenientes de órgãos pertencentes ao mesmo orçamento do ente público, as contas de receitas intra-orçamentárias não têm a mesma função da receita original, sendo criadas a partir de base própria pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Como parte do orçamento, a despesa compreende as autorizações para gastos com as várias atribuições e funções governamentais, tendo a sua classificação complementada pela informação gerencial denominada de modalidade de aplicação. Com relação a modalidade de aplicação, julgue o item a seguir.

132 A modalidade de aplicação tem por finalidade identificar os objetos de gasto de que a administração pública se serve para a consecução dos seus fins.

Os créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Sobre as informações que devam constar na abertura do crédito adicional, julgue o seguinte item.

133 O ato que abrir crédito adicional deve indicar a importância, espécie e a classificação da despesa, até o limite em que for possível.

O balanço patrimonial, previsto no art. 105 da Lei 4.320/1964, é o demonstrativo que evidencia a posição das contas que constituem o ativo e o passivo, apresentando a situação estática dos bens, direitos e obrigações da entidade. A respeito da elaboração do balanço patrimonial, julgue o item subsequente.

134 O resultado patrimonial do exercício é apurado a partir do levantamento do balanço patrimonial e pode apresentar *superavit* (ativo maior que passivo), *deficit* (ativo menor que passivo) ou resultado nulo (ativo igual ao passivo).

A Lei n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo, entre outras, normas para execução orçamentária e cumprimento de metas. Considerando que haja limitação de empenho, julgue o item que se segue, quanto ao restabelecimento da receita prevista.

135 A recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Os princípios orçamentários formam os pilares de uma gestão de recursos públicos. O art. 2º da Lei n.º 4.320/1964 dispõe que a Lei de Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho de governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade. Com relação à observância ao princípio da anualidade, julgue o item a seguir.

136 São vedados programas e projetos que não sejam incluídos na lei orçamentária anual, excetuando-se os créditos especiais e extraordinários, que serão incorporados, em razão da sua natureza, ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

No orçamento-programa, o orçamento expressa, financeira e fisicamente, os programas de trabalho de governo, possibilitando a integração do planejamento com o orçamento. Cada ente da Federação deverá estabelecer em ato próprio a estrutura, os códigos e a classificação dos seus programas, respeitando os conceitos e determinações da legislação. Acerca da sistemática do orçamento-programa, julgue o item que se segue.

137 Uma vez definido o programa e suas respectivas ações, classifica-se a despesa de acordo com a especificidade de seu conteúdo e produto, em uma subfunção, independentemente de sua relação institucional.

Segundo o art. 165 da Constituição Federal de 1988, leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Com base nesses dispositivos legais, julgue o item abaixo.

138 Recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

A Lei n.º 4.320/1964, em seu art. 11, classifica a receita orçamentária em duas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital. Com a Portaria Interministerial STN/SOF n.º 338/2006, essas categorias econômicas foram detalhadas em receitas correntes intra-orçamentárias e receitas de capital intra-orçamentárias, constituindo, assim, contrapartida das despesas intra-orçamentárias. Com relação ao efeito das contas de natureza intra-orçamentária na consolidação das contas públicas, julgue o item abaixo.

139 Com o novo detalhamento, as despesas e receitas intra-orçamentárias poderão ser identificadas de modo que se anulem os efeitos das duplas contagens decorrentes de sua inclusão no orçamento.

A classificação funcional da despesa é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas. A subfunção representa uma partição da função, com o objetivo de agregar determinado subconjunto de despesa no setor público. Acerca da relação entre as funções e subfunções, julgue o item seguinte.

140 As subfunções não poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas às quais estejam vinculadas.

Os créditos adicionais são autorizações de despesa não computada ou insuficientemente dotada na Lei de Orçamento, classificando-se, entre eles, os créditos especiais. Esses créditos

141 têm por finalidade atender a despesas imprevisíveis e urgentes e exigem tramitação diversa da aplicada aos demais créditos adicionais.

Segundo o art. 103 da Lei n.º 4.320/1964, o papel do balanço financeiro é demonstrar o fluxo de caixa da entidade, evidenciando todos os ingressos e dispêndios de recursos no exercício, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte. Acerca do tratamento dado aos restos a pagar para fins de elaboração do balanço financeiro, julgue o item a seguir.

142 Os restos a pagar pagos no exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

A Lei n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, como as normas para execução orçamentária e cumprimento de metas. Segundo a LRF, os recursos legalmente vinculados a finalidade específica

143 deverão ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação e somente no exercício em que ocorrer o ingresso.

Pelo enfoque orçamentário, receita são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas públicas, em qualquer esfera governamental. Relativamente à classificação orçamentária da receita pública e seu impacto no patrimônio da entidade governamental, julgue o item subsequente.

144 Conforme os efeitos produzidos, ou não, no patrimônio líquido, a receita orçamentária pode ser classificada como efetiva ou não-efetiva.

Com relação à competência para legislar sobre orçamento, julgue o item que se segue.

145 Atualmente, compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre o orçamento, limitando-se a União a estabelecer normas gerais e cabendo aos estados exercer competência suplementar.

O legislador definiu para a execução financeira aplicada à administração pública brasileira o regime misto, ou seja, o regime de competência para as despesas e de caixa para as receitas, conforme disposto no art. 35 da Lei n.º 4.320/1964. Contudo, o registro do direito se dará no momento do fato gerador, em observância aos princípios da competência e da oportunidade. Acerca desse entendimento, julgue o item abaixo.

146 No momento da arrecadação, o ente deverá registrar no sistema orçamentário a receita pelo regime de caixa e, ao mesmo tempo, proceder à baixa do ativo anteriormente registrado.

O Sistema de Contabilidade Federal compreende as atividades de registro, de tratamento e de controle das operações relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, com vistas à elaboração das demonstrações contábeis. Os órgãos setoriais desse sistema

147 sujeitam-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o órgão central do sistema.

Segundo o disposto no art. 1.º do Decreto n.º 93.872/1986 e no art. 56 da Lei n.º 4.320/1964, a realização da receita e da despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade de caixa, conhecido como conta única. Acerca do funcionamento da conta única, julgue o item que se segue.

148 O controle dos saldos e a transferência de recursos entre as unidades gestoras são feitos pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

A natureza da receita busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador, mas, existe a necessidade de classificar a receita conforme a destinação legal dos recursos arrecadados. Por isso, foi instituído no governo federal o mecanismo da destinação da receita. O controle das destinações de recursos

149 deve ser feito por todos os entes da Federação, haja vista a existência de vinculações para todos eles.

O empenho da despesa é o instrumento de utilização de créditos orçamentários e, de acordo com a sua natureza e finalidade, pode ser classificado em empenho ordinário, empenho por estimativa e empenho global. O empenho ordinário

150 é destinado a atender a despesas cujo valor não se possa determinar previamente, de base não-homogênea, podendo ser feito o reforço do empenho.

Considerando que determinada entidade governamental tenha adquirido, à vista, um veículo para uso em suas atividades operacionais, julgue os itens a seguir, com relação ao registro contábil a ser efetuado e respectivo reflexo nos sistemas de contas.

151 Como se trata de um fato permutativo, a compra do veículo será contabilizada no próprio patrimônio, sem passar pelo resultado do exercício e sem ser evidenciada na demonstração das variações patrimoniais.

152 O lançamento da depreciação do veículo representa um decréscimo patrimonial e será efetuado no sistema patrimonial, tendo a débito uma conta de variação passiva e a crédito a conta de depreciação acumulada.

As variações ocorridas no exercício que afetem positivamente o patrimônio, resultantes de fatos independentes da execução orçamentária, são registradas como acréscimos patrimoniais. Acerca desse assunto, julgue o próximo item.

153 As baixas de créditos (insubsistências ativas) ou a incorporação de obrigações com ajustes correspondentes (superveniências passivas) podem ser caracterizadas como acréscimos patrimoniais.

A respeito do plano de contas da administração pública federal, julgue o item que se segue.

154 O gerenciamento do plano de contas cabe ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que fica autorizado, sempre que necessário, a criar, extinguir, especificar, desdobrar, detalhar e codificar contas, eventos e indicadores contábeis.

Para possibilitar o acompanhamento orçamentário e a composição financeira e patrimonial, bem como a evidenciação dos compromissos assumidos pela administração pública, os registros na contabilidade pública são estruturados em sistemas de contas. Considerando a lógica contábil dos registros efetuados nos sistemas de contas, julgue os itens subsequentes.

155 Dependendo da natureza do ato ou fato administrativo que se queira registrar, os lançamentos contábeis podem demandar registros em apenas um sistema de conta ou em todos os sistemas simultaneamente.

156 Os sistemas de contas da contabilidade pública são compartimentos estanques, isto é, os lançamentos contábeis são *fechados* (débito e crédito) dentro do mesmo sistema.

Por intermédio do SIAFI, seu principal instrumento de gestão, a Secretaria do Tesouro Nacional realiza o acompanhamento e o controle de toda a execução orçamentária e financeira do governo federal. Acerca da tabela de eventos utilizada para transformar os atos e fatos administrativos em registros contábeis automáticos no SIAFI, julgue o item que se segue.

157 O SIAFI somente validará, do ponto de vista contábil, os documentos de entrada de dados, se eles se apresentarem com os eventos que, no todo, completam partidas dobradas.

balanço orçamentário (em R\$)							
receita				despesa			
títulos	previsão	execução	diferenças	títulos	fixação	execução	diferenças
corrente	346.800,00	295.600,00	- 51.200,00	orçamentários e suplementares	346.800,00	310.080,00	- 36.720,00
capital	264.400,00	204.578,00	- 59.822,00		264.400,00	180.546,00	- 83.854,00
soma	611.200,00	500.178,00	- 111.022,00	soma	611.200,00	490.626,00	- 120.574,00
deficit	0,00	0,00	0,00	superavit	0,00	9.552,00	9.552,00
total	611.200,00	500.178,00	- 111.022,00	total	611.200,00	500.178,00	- 111.022,00

A partir do balanço orçamentário apresentado acima, julgue o item a seguir.

158 O resultado orçamentário do exercício foi deficitário em R\$ 111.022,00.

demonstração das variações patrimoniais (em R\$)			
variações ativas		variações passivas	
resultantes da execução orçamentária			
receitas orçamentárias	1.230.600,30	despesas orçamentárias	1.080.090,45
mutações patrimoniais			
mutações ativas	430.009,20	mutações passivas	234.560,00
independentes da execução orçamentária			
acréscimos patrimoniais	30.567,90	decréscimos patrimoniais	78.320,80
total das variações ativas	1.691.177,40	total das variações passivas	1.392.971,25
resultado patrimonial (<i>deficit</i>)	0,00	resultado patrimonial (<i>superavit</i>)	298.206,15
total geral	1.691.177,40	total geral	1.691.177,40

Com base nos dados apresentados na demonstração das variações patrimoniais acima apresentada, julgue o seguinte item.

159 O saldo patrimonial acumulado pela entidade foi superavitário em R\$ 298.206,15.

balanço financeiro			
receita		despesa	
orçamentária	1.340.820,00	orçamentária	1.154.500,00
extra-orçamentária	379.460,00	extra-orçamentária	322.200,00
saldo do exercício anterior	120.680,20	saldo para o exercício seguinte	364.260,20
total	1.840.960,20	total	1.840.960,20

Considerando que no balanço financeiro ilustrado acima tenham sido inscritas como restos a pagar do exercício despesas no montante de R\$ 180.500,00, julgue o item abaixo.

160 O resultado financeiro do exercício apresentou *superavit* no valor de R\$ 243.580,00.

Com referência à estrutura da administração pública e a reforma administrativa de 1995, julgue os itens a seguir.

161 As fundações instituídas pelo poder público, na concepção do Decreto-Lei n.º 900/1969, teriam objetivos complementares aos das administrações direta e indireta e, no máximo, um terço do seu patrimônio e dispêndios correntes seriam financiados por recursos privados.

162 No bojo da reforma concebida em 1995, as chamadas organizações sociais se constituiriam como entidades públicas de direito privado, vinculadas administrativamente ao Estado, mas com autonomia financeira para estabelecer suas próprias metas.

No que concerne ao pensamento de Max Weber, julgue o item seguinte.

163 O patrimonialismo normal inibe a economia racional não apenas por sua política financeira, mas também por peculiaridades de sua administração, entre as quais se pode citar a ausência típica de um quadro de funcionários com qualificação profissional formal.

A respeito da cultura organizacional, julgue o item subsequente.

164 As repartições públicas são organizações caracterizadas pela cultura mecanicista, típica de um funcionamento sempre igual e sujeitas a regras estritas. É a cultura adequada a condições instáveis, a ambientes com os quais a organização não tem familiaridade, nas quais a natureza cooperativa do conhecimento é mais importante que a especialização.

No que se refere à experiência do chamado orçamento participativo, e ao controle social do Estado pelo cidadão, julgue os itens subsequentes.

165 Em defesa da legitimidade das decisões comunitárias, atribui-se ao orçamento participativo o mérito de conferir maior fidelidade à programação de investimentos, ao contrário da flexibilidade que caracteriza o processo convencional de programação.

166 A ação popular é importante instrumento de fiscalização do Estado pelo cidadão, mas seus resultados têm sido bastante limitados; além de ter sua legitimação ativa restrita ao cidadão, apresenta, em geral, insuficiência de comprovação técnica das irregularidades apontadas e assistência jurídica deficiente.

O chamado *balanced scorecard* é uma ferramenta de gestão estratégica que trata de estabelecer um equilíbrio entre as várias perspectivas de uma organização. Com relação a *balanced scorecard*, julgue o item seguinte.

167 Do ponto de vista da dimensão dos processos internos, dois indicadores importantes das operações de *balanced scorecard* são o tempo de sua realização e a segurança do processo.

No que diz respeito à gestão de pessoas por competências, julgue o próximo item.

168 A habilidade interpessoal ou a habilidade social é um dos componentes da chamada inteligência emocional, que compreende diversas competências, entre as quais se incluem a capacidade de não demonstrar emoções e não influenciar os outros com as próprias emoções.

Acerca dos sistemas de informação e comunicação, julgue o seguinte item.

169 Nas organizações burocráticas, as regras e as ações estão condicionadas a comunicações formais, escritas. Nas instituições estatais, em particular, quando não houver autorização para determinada iniciativa, é imprescindível a pertinência e adequação da respectiva documentação para efeito comprobatório e, sendo o caso, eximir seus autores de qualquer responsabilidade.

A respeito do sistema de informação de pessoal na administração pública, julgue o item que se segue.

170 O SIAPE é um sistema informatizado de controle do pagamento de pessoal do Poder Executivo federal, inclusive das entidades da administração indireta, independentemente da origem dos recursos, estando sob responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.

A respeito do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), julgue o item a seguir.

171 Para estimar os valores de licitações para compras ou para avaliar a compatibilidade dos valores a serem contratados, os gestores podem consultar o módulo denominado sistema de preços praticados, que registra os valores praticados nos processos de contratações governamentais.

Tendo como foco a transição do Estado provedor para o regulador, julgue o item abaixo.

172 A contrapartida da esperada redução dos dispêndios públicos resultante das privatizações é o aumento dos custos sociais decorrentes da regulação, mediante transferência para o setor privado de custos até então suportados pelo governo, o que exigirá maior rigor na aferição de seus benefícios.

No tocante a formas associadas de empreendimentos entre os setores público e privado, julgue o item seguinte.

173 As parcerias entre os setores estatal e privado, constituídas mediante configuração jurídica própria, visam ao interesse público ou privado, dependendo do tipo de entidade que as constitui, e têm por objetivo o lucro, na proporção dos respectivos aportes.

Com relação às novas tecnologias de gestão, julgue o item a seguir.

174 A reengenharia, concebida como um aprimoramento ou redesenho de processos, está voltada para a automação e robotização dos processos de trabalho, com vistas à substituição de mão-de-obra por equipamento, e conseqüente redução dos custos de produção e venda dos bens e serviços.

Com vistas à classificação de um material como permanente, julgue o item subseqüente.

175 A legislação estabeleceu parâmetros excludentes para a identificação do material permanente. Entre os critérios a serem observados para efeito dessa classificação, deve-se avaliar se, com a incorporação desse material em um bem, ele é convertido em matéria-prima, isto é, parte integrante de um produto final.

contas	valor (R\$)
energia a pagar	875
abatimento de vendas	520
abatimento sobre compras	850
ações de outras companhias	852
adiantamento de salários	800
aluguel antecipado	321
amortização acumulada	5.584
aplicações financeiras de resgate imediato	258
banco	652
caixa	882
capital social	27.926
compras de mercadorias	2.200
computadores	3.200
contas a receber	335
debêntures a pagar	3.522
depreciação acumulada	12.580
despesa de água e esgoto	558
despesa de internet	665
despesa de aluguel	5.540
despesa de amortização	212
despesa de depreciação	448
despesa de energia	998
despesa de exaustão	332
despesa de honorários	774
despesa de manutenção	2.250
despesa de salários	3.250
despesa de seguros	4.410
despesa de telefone	548
despesa financeira	2.540
despesas administrativas	554
despesas diversas	3.200
despesas operacionais	470
dividendos a pagar	850
duplicatas a pagar após 5 anos	25.780
edificações	4.150
empréstimos a diretores	2.200
empréstimos a pagar	1.200
estoque final de mercadorias para revenda	258
estoque inicial de mercadorias para revenda	20.200
exaustão acumulada	16.500
financiamentos a pagar	25.800
financiamentos de longo prazo	7.850
florestas e pastagens	24.580
fornecedores	1.140
frete sobre compras	450
fundos de investimentos	2.211
gastos pré-operacionais	12.580
honorários a pagar	280
imposto de renda	6.200
imposto de vendas	4.450
impostos a pagar	2.200
impostos antecipados	1.200
investimentos em controladas	114
investimentos em debêntures	2.254
lucros ou prejuízos acumulados	??????
máquinas e equipamentos	9.980
material de consumo	147
material de limpeza	150
móveis e utensílios	4.470
outras reservas	209
prédios	33.250
provisão para desvalorização de estoques	80
receita de vendas	65.817
receita financeira	4.500
reserva de capital	2.100
salários a pagar	114
seguros antecipados	700
seguros sobre compras	330
telefone a pagar	250
terrenos	12.500
títulos a pagar	1.258
títulos a receber após sete anos	1.200
veículos	32.500

Utilizando as informações do balancete de verificação de determinada empresa, apresentado ao lado, julgue os itens a seguir.

- 176 A empresa será incapaz de liquidar suas dívidas de curto prazo com os recursos advindos de seu ativo circulante.
- 177 O ativo total da empresa é superior a R\$ 115.000.
- 178 O ativo permanente da empresa é igual a R\$ 107.977.
- 179 O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é igual a R\$ 16.526.
- 180 A empresa apresenta comprometimento de 40% de seu ativo total para cobrir obrigações com terceiros de curto e longo prazos.
- 181 O custo da mercadoria vendida apurado no período é igual a R\$ 22.072.
- 182 A margem bruta obtida na apuração da demonstração do resultado do exercício (DRE) é superior a 60%.
- 183 O saldo da conta lucros ou prejuízos acumulados, antes da apuração da DRE, é igual a R\$ 6.520.
- 184 O lucro obtido no período avaliado proporciona uma rentabilidade sobre o capital investido da ordem de 45%.
- 185 A lucratividade líquida da empresa, no período avaliado, é superior a 15%.
- 186 O saldo do patrimônio líquido, após a apuração do resultado do exercício, é igual a R\$ 48.885.
- 187 O índice de solvência da empresa, no período avaliado, é superior a 1,5.
- 188 O índice de cobertura do capital próprio pelo imobilizado é de 35%.
- 189 O giro do capital próprio, no período em análise, corresponde a 1,58.
- 190 A rentabilidade financeira, no período em análise, é superior a 33%.

RASCUNHO

Acerca das normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), julgue os itens subseqüentes.

- 191** Não é obrigatória a evidenciação de atualizações no planejamento e nos programas de auditoria em papéis de trabalho correspondentes. O auditor possui autonomia para modificar a estrutura de acordo com o andamento dos trabalhos.
- 192** O plano de auditoria é a etapa do trabalho na qual o auditor independente estabelece a estratégia geral dos trabalhos a executar, que deverá ser preparado por escrito ou por outro meio de registro, para facilitar o entendimento dos procedimentos de auditoria a serem adotados pela equipe de trabalho.
- 193** A avaliação do volume de transações da empresa a ser auditada deve ser feita para que o auditor independente tenha, entre outros requisitos, o conhecimento e o dimensionamento mais adequados dos testes a serem aplicados e dos períodos em que tais volumes são mais significativos.
- 194** O auditor independente deve, no planejamento da auditoria, considerar a ocorrência de fatos relevantes que possam afetar a entidade e a sua opinião sobre as demonstrações contábeis. O auditor independente deve, na fase de execução, efetuar a avaliação dos riscos de auditoria para que os trabalhos transcorram adequadamente, evitando a apresentação de informações errôneas no parecer de auditoria.
- 195** A adoção de procedimentos contábeis que não estejam de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade poderá proporcionar a emissão de parecer com ressalva ou adverso às demonstrações contábeis sob análise, mesmo que o auditor tenha discutido tal adoção antecipadamente com os administradores da empresa.

contas	R\$
estoque inicial de produtos em elaboração	0
estoque inicial de produtos acabados	0
receita líquida	92.000
materiais diretos consumidos	16.320
mão-de-obra direta	9.800
depreciação dos equipamentos utilizados na área de produção	3.460
mão-de-obra indireta	6.600
energia elétrica consumida na área de produção	2.900
comissão de vendedores	920
outros custos indiretos	4.300
frete sobre vendas	2.200
impostos sobre vendas	18.000
estoque final de produtos acabados	0
lucro bruto	48.620

Considerando os dados referentes a uma empresa apresentados na tabela acima, julgue os itens a seguir.

- 196** Considerando que a empresa utiliza o custeio por absorção, a conta estoque de produtos em elaboração apresentará, no final do período, saldo zero.
- 197** Em ambos os métodos de custeio, absorção e variável, o lucro operacional, para esta empresa, apresenta o mesmo valor.
- 198** Considerando que os custos e despesas variáveis totalizam R\$ 32.140,00 então o valor da margem de contribuição evidenciada na demonstração de resultado pelo método do custeio variável será de R\$ 41.860,00.

Julgue os itens a seguir, relativos a métodos de custeio.

- 199** No custeio baseado por atividades, por meio dos direcionadores de custos, os custos indiretos são atribuídos às atividades, para posteriormente serem atribuídos aos objetos de custos.
- 200** Apesar das diferenças existentes entre o custeio por absorção e o custeio baseado por atividades, o resultado operacional da empresa deverá apresentar o mesmo valor em ambos os métodos, havendo ou não estoque final.

PROVA DISCURSIVA P₄

- Nesta prova — que vale **sessenta** pontos, sendo **vinte** pontos para a questão e **quarenta** pontos para a redação —, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₄**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Nesta prova, respeite os limites máximos de **vinte** linhas para a questão e de **cinquenta** linhas para a redação, pois quaisquer fragmentos de texto além desses limites serão desconsiderados.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da página correspondente à capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 3

Como é sabido, há convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada. Entre os traços mais marcantes dessas diferenças, destacam-se o maior rigor e a abrangência com que se devem tratar questões como a transparência na administração pública, do mesmo modo que o controle social, cada vez mais associado à própria idéia de cidadania.

Dos meios de informação e comunicação mais importantes entre o governo e os cidadãos, ressalta-se o orçamento público, verdadeiro pacto que se estabelece entre o que é exigido do contribuinte e a contrapartida que se lhe oferece, considerando-se, de um lado, aquilo a que cada um está disposto a renunciar e, de outro, aquilo de que a coletividade não pretende abrir mão, tudo em uma perspectiva de prestação de serviços para o atendimento das necessidades da população.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

Orçamento público: características gerais e peculiaridades da experiência brasileira.

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos, com ênfase na experiência brasileira:

- ▶ orçamento como expressão do programa de governo;
- ▶ participação dos cidadãos na elaboração e execução do orçamento;
- ▶ caráter impositivo ou autorizativo do orçamento.

RASCUNHO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

O Tribunal de Contas da União (TCU), obedecendo a plano específico aprovado por seu Plenário em sessão extraordinária de caráter reservado, realizou fiscalização em determinada entidade que recebera recursos públicos oriundos de contratos administrativos. Para tanto, adotou auditoria contábil, financeira e orçamentária nas licitações e contratos dessa entidade, celebrados com a União no ano de 2006, com o objetivo de apurar a consistência de prestações/tomadas de contas apresentadas ao TCU, assim como verificar os aspectos técnicos da legalidade e legitimidade na aplicação desses recursos.

Em virtude da grande quantidade de contratos celebrados entre a União e a entidade auditada, a auditoria utilizou-se da técnica de amostragem para otimizar seu trabalho. Após a conclusão, apurou-se que 20% das prestações de contas dos contratos apresentavam irregularidades de natureza financeira, causando danos ao erário.

Com referência ao trabalho de auditoria acima descrito, realizado pelo TCU, redija um texto dissertativo que atenda aos seguintes questionamentos/instruções:

- ▶ em que consiste a auditoria contábil, financeira e orçamentária do TCU? Em sua resposta, aborde a importância do aspecto técnico da legalidade e de legitimidade na aplicação dos recursos pela auditada;
- ▶ em que consistem a avaliação dos controles internos e a auditoria interna da entidade auditada?
- ▶ que técnicas de amostragem probabilística o TCU pode utilizar em situações como a descrita? Comente o risco na aplicação de cada uma dessas técnicas;
- ▶ a propósito do trabalho de auditoria em questão, quais são a função e a competência do TCU nas irregularidades detectadas?

RASCUNHO – REDAÇÃO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

